

**Hélio Afonso de Aguiar Filho\***Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil**Hermógenes Saviani Filho\*\***Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

## Revisitando o ecletismo de Celso Furtado: a economia neoclássica em *Formação Econômica do Brasil*

**Recebido em:** 16 ago. 2020.**Aprovado em:** 28 ago. 2021.**Publicado em:** 30 jun. 2022.

### RESUMO

O presente trabalho busca identificar alguns elementos da teoria neoclássica em *Formação Econômica do Brasil (FEB)* de Celso Furtado. A sugestão de que os intérpretes cepalinos fletaram com o instrumental neoclássico é algo recorrente. A contribuição do presente trabalho é tentar identificar o uso dessas categorias naquilo que seria a principal obra histórica da Cepal. As evidências serão arroladas contrastando diversas passagens, ao longo dos capítulos do livro, com as contribuições neoclássicas à teoria econômica. É necessário salientar, contudo, que não é propósito de Celso Furtado fazer uma interpretação neoclássica da formação econômica brasileira; apesar de o instrumental eclético do autor conter elementos neoclássicos, seu método permanece histórico e estruturalista.

### Palavras-Chaves

Formação Econômica do Brasil. Celso Furtado. Teoria Neoclássica.

\* Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Economia. Doutor em Economia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná; graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Viçosa. E-mail: haaf73@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/0121223618533315>

<https://orcid.org/0000-0003-4377-8018>

\*\* Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Economia. Doutor e Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; graduação em Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo, em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e em História pela Universidade de São Paulo. E-mail: 00107536@ufrgs.br

<http://lattes.cnpq.br/1600019601171676>

<https://orcid.org/0000-0003-0555-2085>

**Hélio Afonso de Aguiar Filho\***

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

**Hermógenes Saviani Filho\*\***

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

## Revisiting Celso Furtado's eclecticism: the neoclassical economics in *The Economics Growth of Brazil*

**Received on:** August 16th., 2020.

**Approved on:** August 28th., 2021.

**Published:** June 30th., 2022.



### ABSTRACT

The present work suggests that one can identify in Celso Furtado's *The Economics Growth of Brazil (FEB)*, various elements of neoclassical economics. The suggestion that the CEPAL interpreters flirted with the neoclassical instruments is somewhat recurrent in mindset, the contribution of the present work is to try to identify the use of these categories in what would be the main historical work of Cepal. Evidence is offered by suggesting, enlisting and contrasting various passages throughout the chapters of *FEB* with the concepts used in neoclassical economic textbooks. It is necessary to point out, however, that it is not Celso Furtado's purpose to make a neoclassical interpretation of Brazilian economic formation; even though the author's eclectic instruments contain neoclassical elements, his method remains historical and structuralist.

### Key-Words

Economic Formation of Brazil. Celso Furtado. Neoclassical Theory.

**Classificação JEL:** B31; B52; N16.

\* Associate Professor at the Federal University of Rio Grande do Sul, Faculty of Economic Sciences, Department of Economics. Ph. D. in Development Economics from the Federal University of Rio Grande do Sul; M. Sc. in Economic Development from the Federal University of Paraná; B. Sc. in Economic Sciences from the State University of Viçosa. E-mail: haaf73@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/0121223618533315>

<https://orcid.org/0000-0003-4377-8018>

\*\* Associate Professor at the Federal University of Rio Grande do Sul, Faculty of Economic Sciences, Department of Economics. Ph. D. and M. Sc. in Economics from the Federal University of Rio Grande do Sul; B. A. in Journalism from the Methodist University of São Paulo, B. Sc. in Economics from the Pontifical Catholic University of São Paulo and B. A. in History from the University of São Paulo. E-mail: 00107536@ufrgs.br

<http://lattes.cnpq.br/1600019601171676>

<https://orcid.org/0000-0003-0555-2085>

## 1. Introdução

Um clássico é definido pela sua possibilidade de infinitas e sempre renovadas abordagens. Não poderia deixar de ser com *Formação Econômica do Brasil (FEB)*, de Celso Furtado, publicado em 1959 e, desde então, obra de grande prestígio e de importância fulcral para as Ciências Sociais. Sua importância se funda, principalmente, na contribuição para o entendimento das especificidades da formação do Brasil e do seu relativo atraso. Seu prestígio pode ser medido tanto pela quantidade de edições a que foi submetido quanto pelas amplas pesquisas e debates que instigou.

Uma questão que emerge de imediato da leitura do livro de Furtado é a das suas influências intelectuais. Essa, particularmente, já foi tema de diversos artigos, sendo arroladas várias contribuições ao pensamento do autor, referenciados ou não em *FEB*. As principais abrangem um amplo espectro de livros e contribuições que incluem *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Jr., *História Econômica do Brasil* de Roberto Simonsen, *A Teoria Geral do Emprego do Juro e do Dinheiro* de John M. Keynes e o pensamento estruturalista de Prebisch e da Cepal.

Em linhas gerais, Furtado combina em *FEB* uma ampla variedade de teorias e modelos econômicos à análise histórica. O objetivo é entender o específico da estrutura social brasileira, constituída ao longo do tempo. Ao introduzir os modelos econômicos disponíveis à época, o autor faz amplo uso da abordagem que se convencionou chamar de keynesiana. O presente trabalho, à luz das reconfigurações do pensamento econômico, salienta, contudo, que o keynesianismo presente em *FEB* tem mais a ver com o keynesianismo da Segunda Síntese Neoclássica.

Acresce que a utilização do instrumental neoclássico é uma constante em *FEB*, e este se dá não somente com a introdução de ferramentas da teoria macroeconômica, mas com diversos conceitos microeconômicos, comuns ao principal manual neoclássico da época, o de Paul Samuelson. É necessário salientar que não é propósito de Celso Furtado fazer uma interpretação neoclássica da formação econômica do Brasil. É a complexa combinação de história e teoria, associada ao seu pragmatismo intelectual e formação multidisciplinar, que lhe permite fazer uso de alguns desses instrumentos.

A nossa hipótese de trabalho, postulada mais como sugestão de interpretação, é a de que é possível identificar elementos da Teoria Neoclássica no livro de Furtado. E, ademais, que esta obra pode ser lida, se pressupostos os condicionamentos históricos e estruturais dos períodos analisados, empregando-se o instrumental teórico neoclássico.

A justificativa para este artigo não é de reduzir o leque interpretativo de *FEB*, mas ampliá-lo, já que é de conhecimento comum que se trata de um “clássico”, e isto, por si só, já o faz alvo de renovado interesse e de múltiplas perspectivas. Ao contrário do que, a princípio, se pode fazer crer, encontrar traços da Teoria Neoclássica na obra de Furtado não depõe de forma alguma contra a trajetória do autor. Mostra, isto sim, a originalidade e a infinita capacidade dele em articular diferentes concepções teóricas numa explicação criativa e sistemática da evolução histórica do Brasil.

O presente trabalho se divide em quatro seções, sendo a primeira a introdução e a última a conclusão, seu desenvolvimento possui duas partes fundamentais. Na seção dois, busca-se identificar o núcleo, os limites e a abrangência do pensamento neoclássico. Na seção três, abordam-se os elementos neoclássicos desenvolvidos em *FEB*.

## 2. A Teoria Neoclássica em perspectiva teórica e histórica

O que é a teoria neoclássica? Existem economistas neoclássicos atualmente? Há um núcleo duro que caracteriza o pensamento econômico dominante atual? Este núcleo guarda alguma relação com a economia neoclássica? Todas essas são questões relacionadas, fazendo parte ao mesmo tempo da discussão sobre a evolução do escopo da ciência econômica. O que as conecta é o fato de que houve diversas sínteses ao longo da história da ciência econômica, cujo objetivo era o de integrar novos conteúdos ao corpo principal da teoria dominante e, em boa parte deste tempo, a teoria neoclássica esteve envolvida. Uma das consequências dessas sínteses é que, muitas vezes, ao tempo que ampliaram o instrumental de análise neoclássica, dificultaram a precisão não só do domínio e dos limites desta vertente, mas de toda a abordagem econômica.

Essa seção busca apresentar a discussão a respeito da teoria neoclássica, focando sobre alguns traços gerais da sua evolução. A importância desta apresentação está em tornar possível a comparação dos conteúdos de *FEB*, podendo-se, por conseguinte, afirmar se esses pertencem ou não à tradição teórica neoclássica. O principal da exposição recai sobre a relação entre o neoclássico e o *mainstream* econômico e sobre as sínteses que consolidaram os princípios desta escola de pensamento.

## 2.1. Núcleo e Princípios Metodológicos Neoclássicos

O termo “neoclássico” foi cunhado pela primeira vez por Thorstein Veblen, no fim do século XIX, para se referir à tradição de pensamento inaugurada pelos marginalistas e por Marshall. O sufixo “neo” significa uma nova forma de classicismo. O que essa forma de pensamento tem de novo refere-se ao deslocamento do foco da produção para o lado pecuniário da vida, “constituindo” uma teoria de um processo de avaliação. O aspecto de continuidade é o apego aos mesmos preceitos metodológicos pré-evolucionários animistas e taxonômicos que caracterizaram o pensamento dos precursores clássicos (VEBLEN, 1900).

Seguindo essa linha, Lawson (2013) afirma que a busca por identificar o conjunto de princípios que definem a teoria econômica atual é irrelevante, assim como o é definição do que seja “neoclássico”. O que une várias tradições teóricas ao projeto *mainstream*, inclusive os neoclássicos, não é nenhuma preocupação substantiva, ou seja, política ou ideológica, e sim a opção por trabalhar com sistemas fechados e suscetíveis de modelagem matemática.

Muitos autores têm ido na direção oposta ao sugerido por Lawson (2013), tentando definir a economia neoclássica ou em termos substantivos, ou em termos de algum princípio definidor. Hunt (2005, p. 408), em um manual de história do pensamento econômico bastante popular, busca definir a economia neoclássica pela identificação dos seguintes elementos da ideologia utilitarista: “i) fé no poder da ‘mão invisível’ do mercado concorrencial em harmonizar todos os interesses através da livre troca, de criar preços racionais e de levar a uma alocação eficiente dos recursos; ii) fé em que o livre mercado criará, automaticamente, um equilíbrio ao pleno emprego; e iii) a crença em que os salários são iguais ao valor do produto marginal do trabalho e que a taxa de lucro (ou a taxa de juros) é igual ao valor do produto marginal do capital”.

Hodgson (1989; 1993) e Hands (2007) estão entre aqueles que afirmam que é possível traçar algumas suposições que definem o neoclassicismo e o unem ao projeto *mainstream*. Para Hodgson, essa suposição é o individualismo metodológico, enquanto para Hands (2007), é a ideia de comportamento racional. Para este último, tal programa de pesquisa se constituiu de forma mais definitiva na década de 1950, com a aplicação mais imediata de seus princípios à microeconomia. O autor adverte, contu-

do, que as evidências experimentais recentes, baseadas na Economia Comportamental, têm colocado pressão sobre o programa de pesquisa (HANDS, 2015).<sup>1</sup>

Em dois artigos seminais, que se tornaram referências para se pensar a respeito dos rumos da escola neoclássica, Colander (2000 e 2004) procura dar respostas às questões acima. No primeiro, *The Death of Neoclassical Economics*, o autor defende a superação e a substituição do termo teoria neoclássica (ainda que não integralmente), dada sua insuficiência em caracterizar aquilo que os economistas estão praticando. Para corroborar a ideia acima, Colander (2000) procura enumerar as seis principais hipóteses de trabalho neoclássico, comparando-as com os trabalhos da teoria econômica contemporânea, denominada por ele de “Economia do Novo Milênio”. São elas: 1) o foco na questão da alocação de recursos ao longo do tempo; 2) a aceitação de algumas variações no utilitarismo, estando este com papel central no entendimento econômico; 3) o foco sobre *trade-offs* marginais; 4) a ideia de racionalidade procedimental; 5) a aceitação quase irrestrita do individualismo metodológico; e 6) a estruturação da teoria em torno do conceito de equilíbrio geral da economia. O resultado dessa comparação é que todos estes postulados foram, de alguma forma, flexibilizados ou substituídos por outros.<sup>2</sup>

No segundo artigo, escrito com Holtz e Rosser Jr., intitulado *The Changing Face of Mainstream Economics*, Colander (2004) oferece uma definição do termo *mainstream*, diferenciando-o da ortodoxia e permitindo entender melhor a própria teoria neoclássica. Sintetizando, o *mainstream* se caracterizaria como o conjunto de ideias asseguradas por aqueles que ocupam papel dominante nas principais instituições de pesquisa, fomento e ensino de economia; já a ortodoxia seria a representação de um conjunto de ideias dominantes, de dimensão imutável, relativas a um período específico. Nesse sentido, o termo *mainstream* está associado a ideias dotadas de confiabilidade nas principais instituições econômicas, que podem ou não estar associadas com a ortodoxia. Já esta última se constitui numa representação estática de um determinado período. Dessa forma, as discussões envolvendo o método e as assunções de ra-

---

1. Hodgson (1989) está pensando na contribuição da Nova Economia Institucional, fundamentada no programa neoclássico, cujas contribuições ampliaram este programa com progressos na área da teoria dos jogos, da firma e da racionalidade humana.

2. A preocupação maior de quem contribui com essa nova economia deve ser, sobretudo, com a questão da produção e escolha de modelos relevantes para a compreensão do mundo contemporâneo. Novamente a crítica a essa definição é que ela peca pela abrangência excessiva, constituindo-se no que Possas (1997) chama de cheia do *mainstream*.

cionalidade neoclássica ou individualismo metodológico como o núcleo básico da teoria econômica dominante seriam antes uma representação estática do conjunto de ideias praticadas pelos economistas. Essas ideias fixas integram a ortodoxia.

No capítulo brasileiro da discussão, Arida (2003) identifica o programa neoclássico a partir do pressuposto de que os fenômenos sociais podem ser entendidos com base em decisões individuais de agentes racionais. Historicamente, de acordo com o autor, este programa nasceu

... em meio a três controvérsias distintas e temporalmente deslocadas. Primeiro, na defesa do marginalismo contra a teoria clássica do valor; segundo, na defesa da teoria contra os ataques da escola histórica alemã; terceiro, na defesa da teoria contra os ataques da escola institucionalista americana (ARIDA, 2003, p. 23).

A despeito do tempo da última controvérsia enfrentada e superada, a teoria neoclássica ainda seria a corrente dominante em economia. Identificá-la seria, fundamentalmente, uma questão de recorrer aos manuais de teoria econômica. Nestes se encontra sempre a versão mais atualizada da teoria, que avança de modo cumulativo segundo os critérios empíricos estabelecidos por seus praticantes.

Já Possas (1997) usa a metáfora de uma “cheia”, relacionada ao transbordamento de um rio, para caracterizar a uniformização do discurso cada vez mais formal. Assiste-se, segundo o autor, à ampliação da fronteira do objeto, com a aplicação irrestrita do método neoclássico, que assume, necessariamente, a racionalidade substantiva maximizadora e o equilíbrio como normas de atuação.

O raciocínio de Colander (2000 e 2004) apresentado anteriormente se aproxima do de Lisboa (1998, p. 143), ainda que este último prefira usar o termo “Tradição Neoclássica” em vez de propor qualquer nova denominação para dar conta das novas contribuições ao pensamento econômico. Lisboa (1998) sustenta que a crítica heterodoxa falha por deter-se numa versão estilizada de algum modelo neoclássico, quando na verdade a principal característica desta tradição é a da “permanente construção de modelos alternativos, substituição das hipóteses utilizadas e incorporação de novos problemas”. Na versão de Lisboa (1997; 1998; 2001) e Colander (2000) da teoria econômica dominante, entretanto, a maior abrangência dos instrumentos de análise e a ampliação dos limites da teoria não constituem sinal de fraqueza metodológica.

A força desta “tradição” está na possibilidade de tratar dessa diversidade de contribuições, com igual diversidade em termos de combinação de princípios metodológicos. Os resultados conhecidos são tratados como respostas provisórias, e a superação das limitações teóricas e dos fracassos empíricos dos modelos conhecidos é a própria fronteira da pesquisa.<sup>3</sup>

O que se depreende da abordagem dos autores acima é a dificuldade de aplicar um conjunto de princípios estanques para caracterizar a prática dos economistas contemporâneos. Ao mesmo tempo, é comum a identificação da existência de uma economia neoclássica e o fato de esta coincidir com o *mainstream* econômico entre as décadas de 1930 e 1950. Abaixo, as principais linhas de contribuição para o surgimento desta tradição econômica de pensamento.

## 2.2. A primeira e a segunda síntese neoclássica

Ainda que haja um ligeiro consenso em termos de reconhecimento de que os princípios neoclássicos não podem ser aplicados estrito senso para definir a economia contemporânea, há, de igual modo, o reconhecimento de que essa tradição de pensamento existiu e que o seu período de vigência incontestada se deu até pelo menos a década de 1950. O termo “síntese neoclássica” aparece pela primeira vez para marcar o momento de maior culminância desta linha de pensamento. Foi cunhado inicialmente por Samuelson em 1955, na 3ª edição do seu livro *Economics*, para descrever “uma síntese do (1) núcleo válido de determinação do rendimento moderno, com (2) os princípios econômicos clássicos” (SAMUELSON, 1955, p. VI).

Posteriormente, a noção de “síntese” proposta por Samuelson (1955) passou a ser usada para se referir a uma “segunda síntese”, em oposição à “primeira síntese” de Marshall, cujo núcleo era o utilitarismo e o marginalismo. De forma resumida, o utilitarismo em economia está associado às contribuições de Jeremy Bentham e John Stuart Mill, podendo ser entendido como um princípio segundo o qual toda a ação, qualquer que seja, deve ser aprovada ou rejeitada em razão da sua capacidade de pro-

---

3. O ponto que diferencia Lisboa (1998; 2001) de Colander (2000) é que este último destaca alguns traços que ligam a construção do programa de pesquisa da economia contemporânea às convicções neoclássicas. Esses pontos, contudo, não devem ser tomados como significando o núcleo duro desta nova teoria econômica.



porcionar a maior quantidade de prazer ao maior número de pessoas possível e pela maior quantidade de tempo.

Quanto ao pensamento marginalista, este surgiu aproveitando o clima político e ideológico novo dos fins do século XIX, bem como o fracasso dos clássicos em explicar uma série de problemas puramente teóricos. Com os marginalistas inaugura-se uma nova abordagem para o valor, com a ênfase passando dos custos de produção para as condições de demanda e, portanto, sobre a troca e a satisfação individual de necessidades. De acordo com um dos principais proponentes do marginalismo, o decisivo para se determinar o valor “é a importância maior ou menor da(s) necessidade(s) para cujo atendimento temos consciência de depender de um bem” (MENGER, 1983, p. 305).<sup>4</sup> Para a produção, passou-se a falar não mais em classes sociais, mas em fatores de produção, com a implicação de que cada fator é remunerado por sua produtividade na margem.

Como mencionado, foram de Marshall (1842-1924) os maiores esforços para deslocar a economia clássica e consolidar as contribuições ainda fragmentadas do que seria a teoria neoclássica. Em seus *Principles of Economics*, Marshall foi, de fato, um “sintetizador..., combinando a utilidade marginal com a teoria do valor dos custos de produção” (ROBBINS, 1998, p. 323). Dessa síntese surgiu a análise do equilíbrio de oferta e procura num estado estacionário. Ademais, resultou dela também a descaracterização do pensamento e da teoria do valor trabalho e da distribuição de Ricardo, ocupando seu lugar:

... uma teoria da alocação de recursos escassos a usos específicos, sob o duplo incentivo da maximização da utilidade, para o consumidor, e da maximização dos lucros, para o produtor, empregando conceitos, critérios e técnicas de análise que podiam ser aplicados, de forma análoga, a todo o sistema econômico (DEANE, 1980, p. 145).

Além das contribuições diretas, Marshall deixou sugestões ou indicações sutis de progresso ulterior. Como atesta Schumpeter (1970, p. 107), “A literatura econômica nos trinta anos decorridos desde 1890, abunda com o desenvolvimento, as reformu-

4. Jevons (1983, p. 28), outro expoente do marginalismo, também assinala que basta seguir “as leis naturais da variação da utilidade, enquanto dependendo da quantidade de mercadoria em nosso poder, para que cheguemos a uma teoria de troca satisfatória, das quais as leis comuns de oferta e demanda são uma consequência necessária”.

lações e os corolários de proposições e aspectos da técnica marshalliana”. Um exemplo disso é a extensão da análise econômica a outras situações que não a de concorrência perfeita, como as de monopólio e concorrência monopolista.

Outro cuja obra foi fundamental para a edificação do pensamento neoclássico é Leon Walras. Na sua teoria econômica, o autor concebe uma economia completa baseada em mercados e agentes individuais. O ponto central desse arranjo é a concepção segundo a qual, em condições de concorrência perfeita, com métodos de produção conhecidos e com agentes racionais manifestando suas preferências através dos sinais dos preços (escassez), é possível determinar o equilíbrio simultâneo de preços e quantidades transacionadas em todos os mercados (ROBINSON e EATWELL, 1978). Embora as ideias de Marshall tenham sido o principal veículo do ensino universitário da economia neoclássica até a grande depressão, os conceitos herdados de Walras foram os principais responsáveis pelo renascimento desta escola no Pós-Segunda Guerra. Isso aconteceu porque houve esforços no sentido de enquadrar as contribuições de Keynes e dos neoclássicos a partir de um modelo de equilíbrio geral.

Uma definição que sintetiza os trabalhos da corrente neoclássica é a de Robbins (1945, p. 24), ou seja, é o estudo do “comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos com usos alternativos”. O foco da economia neoclássica é, de início, eminentemente microeconômico e volta-se ao estudo das trocas de bens e serviços sob a diferença de preços relativos, formados com base nas preferências subjetivas de produtores e consumidores.

A década de 30 do século XX viria marcar o nascimento de uma nova economia, com a *Teoria Geral* de Keynes. Os problemas abordados neste livro se distanciam da perspectiva neoclássica em três aspectos (DEANE, 1980): o primeiro é que, em vez de explicar o nível de preços, busca-se explicar o nível de atividade econômica; o segundo é que, com o método, apresenta-se o quadro analítico referencial macroeconômico da renda-despesa nacional; e, por fim, pelas implicações práticas opostas ao *laissez-faire*, com as proposições de administração da demanda por parte das autoridades políticas e monetárias.

Em certos aspectos, contudo, a economia fundada por Keynes ainda retém alguns pressupostos neoclássicos. Vale lembrar que o escopo fundamental dos neoclássicos é a busca por explicações que relacionem a determinação de preços à tomada ótima de decisões por parte dos indivíduos e das empresas. Nesse sentido, o próprio Keynes

não cansou de reconhecer em muitas passagens sua relação para com o pensamento herdado; a contribuição da *Teoria Geral* teria sido “menos em revelar os defeitos lógicos de sua análise [neoclássica] do que em assinalar o fato de que as suas hipóteses tácitas nunca ou quase nunca são satisfeitas” (KEYNES, 1996, p. 345).

Na esteira das imprecisões deixadas por Keynes na sua *Teoria Geral*, surgiu nas décadas de 1940 e 50 um consenso buscando compatibilizar o núcleo válido das ideias keynesianas sobre a determinação do rendimento agregado com os princípios microeconômicos neoclássicos (DE VROEY e DUARTE, 2013). Essa tentativa significou também a possibilidade de unir Keynes àquilo que era considerado a macroeconomia clássica;<sup>5</sup> ou seja, a defesa da lei de Say, da dicotomia lado real *versus* monetário, e da determinação da renda de pleno emprego exclusivamente pelos níveis de capital, trabalho e tecnologia.

O que passou a vigorar na teoria econômica foi uma divisão entre o curto e o longo prazo. No curto prazo, a validade seria das políticas keynesianas, período em que há rigidez de preços e salários. A ambicionada clivagem entre a Microeconomia neoclássica e a Macroeconomia keynesiana tornou-se possível, como mencionado mais acima, graças à associação dessa última ao equilíbrio geral walrasiano. A noção é que um sistema interdependente de mercados tende para um equilíbrio geral porque, mesmo quando um ou mais mercados estiver(em) em desequilíbrio, haverá ajustamento de preços que levará oferta e demanda a se igualarem em todos os mercados. O próprio modelo IS/LM foi concebido para sintetizar os resultados econômicos keynesianos de curto prazo com o arcabouço walrasiano. Nele, Hicks e Hansen apresentam o nível de renda em termos de equilíbrio de mercado de bens e serviços e no mercado monetário. As decisões de política econômica, tanto monetárias quanto fiscais, são medidas exógenas determinadas pela autoridade do governo.<sup>6</sup> No caso do longo pra-

5. A definição do que seja a economia clássica é repleta de imprecisões. Uma tentativa de síntese para se entender essas perspectivas as divide em dois níveis, cada qual tendo seu significado garantido por uma perspectiva teórica oposta. Assim, no macro, que é a referência de Keynes, a clivagem fundamental dos clássicos (pleno emprego, lei de Say, neutralidade da moeda) é com os chamados Teóricos da Demanda Efetiva. E no micro, que é a referência convencional, os clássicos (foco nas classes e no valor trabalho) são contrapostos aos neoclássicos. Cf.: Fonseca (1981) e Aguiar Filho & Saviani (2017).

6. Outra incorporação à caixa de ferramentas dos velhos keynesianos foi a Curva de Phillips, nos fins da década de 1950, com a constatação da relação negativa entre inflação e desemprego (KLAMER, 1983). Desta forma, o comportamento dos preços considerados constantes no curto prazo passou a ser analisado como uma relação estável com o desemprego. O resultado foi a possibilidade de conceber a prática de políticas econômicas a partir da escolha da combinação desejada de desemprego e inflação.

zo, o domínio passou a ser, além de neoclássico, da macroeconomia clássica, por apresentar os atributos de flexibilidade de preços e salários e equilíbrio de mercado.<sup>7</sup>

### 3. A Teoria Neoclássica em *Formação Econômica do Brasil*

O dilema enfrentado por Furtado em *FEB*, comum a todo o pensamento estruturalista latino-americano nascente, era encontrar um caminho teórico que o distanciasse tanto da heterodoxia do pensamento econômico marxista quanto da ortodoxia neoclássica.

A objeção de Furtado com relação à teoria neoclássica dirige-se primeiramente à explicação dos seus praticantes para o subdesenvolvimento, por colocarem ênfase excessiva na função de produção implícita, gerando resultados interpretativos sem referência aos condicionantes históricos dos fenômenos (FURTADO, 1997). Pode-se dizer, em contrapartida, que o método elaborado em *FEB* se configura como um método histórico, por estar “sempre derivando a teoria da observação histórica” (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 63). Em segundo lugar, sua oposição à teoria neoclássica se dirige, conforme reconhece posteriormente, no sentido de explicitar o caráter ideológico desta, na medida em que detecta em seu arcabouço teórico “... o desejo implícito de justificar a ordem social existente como aquela que permitia o uso mais racional dos recursos disponíveis” (FURTADO, [1961] 1963, p. 69).<sup>8</sup>

Apesar das críticas, Furtado (2008 [1959]) não conseguiu expurgar completamente os elementos neoclássicos da elaboração de *FEB*, fato este reconhecido inclusive

---

7. Se a teoria keynesiana perdeu seus elementos mais revolucionários, a teoria neoclássica também não se acomodou bem com as contribuições da nova corrente. A tentativa de se pensar a economia em termos agregados fez com que os microfundamentos nos quais se assentava o neoclássicismo ficassem comprometidos. Na Macroeconomia moderna, segundo Blaug (2006), os resultados agregados das escolhas individuais são determinados conforme uma regra global definida, sem que se consiga, necessariamente, demonstrar por que razão tal regra global funciona. A rigidez de preços e salários, por exemplo, usada para justificar o desemprego, é incompatível com as noções de otimização e de *market-clearing* neoclássicas. Outra incompatibilidade é com a função consumo, não derivando seus resultados de comportamentos de maximização individuais. Portanto, se forem aplicados os critérios de classificação de Keynes (macro), as contribuições dessa corrente deveriam ser enquadradas, ainda que com ressalvas, junto à dos defensores dos princípios da Demanda (Agregada).

8. Crítica reiterada depois, salientando, além do caráter inócuo da teoria econômica neoclássica em explicar os problemas do desenvolvimento econômico, o abismo epistemológico entre o formalismo desta e as teorias que consideram as especificidades estruturais do subdesenvolvimento (FURTADO, 1971).

pela heterodoxia. À época do lançamento do livro, Nelson Werneck Sodré já havia chamado a atenção para as suas deficiências, que se revelavam por dois “traços característicos da economia ortodoxa: a dificuldade em transmitir o saber e a precariedade de conhecimentos fora do campo específico”.<sup>9</sup> Oliveira (2006, p. 30) é outro a chamar a atenção para o aspecto ortodoxo no pensamento de Furtado e no da Cepal, ressaltando que o motivo principal da insatisfação e ruptura com este pensamento na década de 1970 resultava de ele ter dado “largas à utilização do arsenal marginalista e keynesiano”. Com relação a Celso Furtado especificamente, o autor assevera que a principal tarefa deste em *FEB* foi ter feito “uma releitura keynesiana da história brasileira” (OLIVEIRA, 1999, p. 319).

Mas por quais razões fundamentais subsiste a presença de categorias neoclássicas em *FEB*? Uma causa mais direta é que, à falta de um vocabulário teórico a partir do qual repensar as particularidades do subdesenvolvimento, prevaleceu em Furtado certa ambivalência: ao mesmo tempo que criticava seu grau de generalidade, utilizava certas categorias para seus propósitos (MALLORQUIN, 2005). Contou, nesse sentido, a própria influência dos modelos de crescimento keynesianos e, particularmente, o ecletismo de Joan Robinson, cujas elaborações “ficavam a meio caminho entre os princípios clássicos e neoclássicos da acumulação” (MANTEGA, 1989, p. 34). Para efeito, deve-se ressaltar que em 1957 Furtado se licenciou da Cepal, indo para o King’s College da Universidade de Cambridge, período que antecedeu a própria publicação de *FEB* e que lhe deu acesso às formas inovadoras de uso do instrumental keynesiano aos problemas do desenvolvimento. De forma mais indireta, o neoclassicismo subsiste porque o próprio pensamento cepalino é, em si mesmo, eclético, fato que está na origem da sua criatividade. Suas influências, conforme atesta Fonseca (2000, p. 41), advêm “de vertentes formadoras tão dispares à primeira vista, como o nacionalismo de Friedrich List, o positivismo, o reformismo de Stuart Mill e as contribuições keynesianas sobre demanda afetiva”.

O objetivo desta seção é encontrar tais elementos neoclássicos em *FEB*. Essa busca não considerou todas as questões e pertinências tratadas pelo autor, mas apenas os modelos de geração e fluxo de renda apresentados para descrever o comporta-

9. Crítica publicada em 1959, por ocasião do lançamento do livro de Furtado. A citação acima foi extraída da sua reedição no apêndice da edição comemorativa de cinquenta anos de *Formação Econômica do Brasil* (FURTADO, 2009, p. 347-349).

mento da economia brasileira em cada uma das cinco partes do livro. Tais fluxos, com sua adaptação aos grandes ciclos da economia brasileira, são, conforme assinala Coutinho (2008), importantes na reconstrução racional da economia brasileira feita por Furtado.

Finalmente, para os que buscam associar o pensamento neoclássico com a adesão aos métodos quantitativos, não foi esse o caminho buscado pelo presente trabalho, dado que a “análise estrutural” de Furtado em *FEB* se destaca mais por considerar os fatores não econômicos considerados constantes pelos economistas (BOIANOVSKY, 2009). Tampouco enveredou em controvérsias estereis sobre classificações de conteúdo, típicas de quem busca definir um conjunto de princípios ou qualquer outro critério substantivo para definir uma escola de pensamento. O caminho foi identificar essa vertente através da já mencionada 3ª edição do livro *Economics* de Paul Samuelson, veículo que ajudou a mitigar a revolução de Keynes, dotando-a de feições neoclássicas. A justificativa para se recorrer a um manual como representativo de uma teoria é que este tipo de publicação, por sua unidade histórica e pedagógica, oferece conceitos e aplicações direcionados à interpretação de determinado conjunto de fenômenos compartilhados. O que permite, segundo Kuhn (1996), identificar as realizações reconhecidas por alguma comunidade científica e os fundamentos de sua prática bem-sucedida.<sup>10</sup>

Abaixo seguem as principais categorias neoclássicas identificadas no livro de Furtado: custos de oportunidade; custos variáveis médios e custos fixos médios; fluxo circular da renda; multiplicador da renda; curva de indiferença; oferta e demanda; oferta agregada e demanda agregada; elasticidade; divisão do trabalho; economias de escala e função de produção. Esses conceitos foram formulados e podem ser encontrados tanto em Samuelson (1955) quanto numa diversidade de livros textos subsequentes de economia. Alguns são, inclusive, parte do acervo comum de várias escolas de pensamento, o que não invalida o fato de serem neoclássicos,<sup>11</sup> dado que suas re-

10. Para a atividade científica ordinária, importa, fundamentalmente, a “natureza da educação científica”. Esta une teorias e aplicações pedagógicas durante todo o ciclo de aprendizagem, dificultando aos futuros pesquisadores a identificação das regras subjacentes e a contestação da matriz disciplinar existente. Neste caso, os manuais acadêmicos são a peça chave no processo.

11. Seus significados foram redirecionados, como aponta o caso da oferta, por exemplo. Quando Marshall operou a primeira síntese neoclássica, o conceito de oferta dos clássicos passou a ser reconhecido, mas não se tratava mais da mesma oferta, já que sua definição passou a estar carregada de termos subjetivistas como espera, sacrifício e desutilidade. Como atesta Fonseca (1981), a perspectiva clássica foi, portanto, assimilada mais do que unida ou entrosada.

descrições passaram a ocorrer predominantemente segundo a perspectiva cumulativa de “fronteira teórica” desta escola.<sup>12</sup>

O livro de Furtado utilizado foi o da 34ª edição da Companhia das Letras, de 2008. Este possui ao todo 351 páginas, as quais contêm um prefácio escrito por Luís Gonzaga Belluzzo, uma introdução e mais cinco partes divididas em 36 capítulos. Para o presente trabalho, as subseções que seguem foram divididas de acordo com as correspondentes partes de *FEB*.

### 3.1. Fundamentos Econômicos da Ocupação Territorial

A primeira parte de *FEB*, assim como a segunda, constitui um desdobramento da tese de Furtado (2001), *A Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII*, defendida na Universidade de Paris em 1948. Ao longo dos sete primeiros capítulos de *FEB*, o autor dialoga com os fatores responsáveis pela expansão comercial portuguesa, o período extrativista, o êxito da atividade açucareira e o encerramento da etapa colonial. Nesta parte, de feições mais históricas, alguns traços já começam a diferenciar as duas obras, como o incipiente uso de categorias da nascente contabilidade nacional, que será aprofundado na segunda parte do livro.

Aquilo que inicialmente pode ser identificado como passível de ser tratado pela teoria neoclássica é o próprio dilema referente à “ocupação do território”. Assim, a Coroa portuguesa, em decorrência da pressão política exercida pelas demais nações europeias, depara com a seguinte situação: ou continua empregando recursos físicos e humanos nas feitorias altamente lucrativas do Oriente, ou os desvia com vistas à ocupação do território brasileiro, cuja maior perspectiva é a de encontrar ouro. Confrontar ambas as possibilidades consiste no que os neoclássicos chamam de custos de oportunidade, que dizem respeito aos benefícios e custos da comparação de cursos alternativos de ação. A solução dos portugueses, como indica Furtado (2008, p. 29), foi viabilizar “uma forma de utilização econômica das terras americanas que não fosse a fácil extração de metais preciosos”. A colonização de agricultura tropical com vistas à exportação representou a primeira experiência do gênero nos trópicos.

12. Ver Arida (2003), para quem, na perspectiva dos neoclássicos, emulada das chamadas ciências duras, o ponto de chegada provisório dos economistas de hoje – a teoria econômica contemporânea – incorpora todas as contribuições anteriores.

O desempenho da economia açucareira traçado em *FEB* pode ser descrito por uma função macroeconômica, cujos elementos são o consumo, o investimento e o setor externo, basicamente, a balança comercial. Adicionalmente, pode-se utilizar o mecanismo do fluxo circular da renda para entender o funcionamento deste tipo de economia. Por ser uma unidade exportadora baseada no trabalho escravo, todo o dinamismo desta economia vinha do setor externo; nesse caso, as exportações geravam a quase totalidade da renda e o dispêndio desta dava-se por meio das importações. Em termos de fluxo circular, pode-se dizer que não se constituiu nem o mercado de fatores de produção, nem o mercado de bens. Como os gastos fixos representavam a quase totalidade da renda, não havia pagamento a fatores de produção e, conseqüentemente, circulação monetária. Os gastos de reposição, geralmente com pagamentos a técnicos estrangeiros especializados, aconteciam de tempos em tempos e representavam um vazamento do fluxo circular. Os gastos com trabalho escravo também deviam ser computados como gastos fixos e representavam vazamento do fluxo, porquanto estes advinham do tráfico transatlântico. E, finalmente, os gastos em consumo eram baseados em artigos de luxo importados e nos demais gastos improdutivos.

A função de produção da economia açucareira é tipicamente a encontrada nos manuais de introdução à economia, inclusive no de Samuelson (1955), e inclui o capital (engenhos), a terra, a mão de obra e a capacidade empresarial.<sup>13</sup> Esta última, predominantemente holandesa. A oferta de terra era elástica, e a de mão de obra (por causa do acesso ao mercado de cativos), também. A produção era extensiva, seu incremento consistia na contratação de mais trabalho escravo e ocupação de novas terras. Pode-se assumir, sem prejuízo analítico, uma função Cobb-Douglas, com tecnologia dada e retornos de escala constantes para os insumos: capital, terra e trabalho. A distância do litoral representava custos crescentes de transporte; somando-se isso à fertilidade do solo massapé, tornou-se mais atrativo estabelecer os engenhos nas proximidades do litoral e dos portos. A produtividade era representada fundamentalmente por fatores ligados ao lado da demanda, e consistia no aumento de preços.

---

13. Apesar de pertencer à tradição schumpeteriana e da escola austríaca, a noção de capacidade empresarial não é totalmente estranha à Teoria Neoclássica. Houve diversas tentativas de incorporar a atividade do empresário como fator de produção; os resultados, no entanto, foram matematicamente inconsistentes, dada a não divisibilidade e a não homogeneidade deste fator (BLAUG, 1985, p. 571).



### 3.2. Economia Escravista de Agricultura Tropical: séculos XVI e XVII

Na segunda parte de *FEB*, Celso Furtado segue interpretando a economia escravista de agricultura tropical. O capítulo 8 é o mais árido, com a apresentação de uma série de dados sumariados por Simonsen (1944). Esses dados se referem à distribuição e ao fluxo da renda entre os vários agentes econômicos da colônia. Expressam a extrema desigualdade de renda existente, que seria traço marcante da economia brasileira pelos séculos adiante.

O foco inicial do autor é nos elementos que conferem estabilidade à economia. Para economias com tais características, a estabilidade reside basicamente no fato de os gastos serem efetuados, em sua quase totalidade, em fatores fixos. Desta forma, como assinala a economia neoclássica, a firma, quando da impossibilidade de ter lucro, opera a fim de minimizar o prejuízo. Isto é, procura-se um ponto na curva de oferta (ou custo marginal) acima do mínimo dos custos variáveis médios. E é justamente isso o que acontece na descrição encontrada em *FEB* sobre a economia açucareira. A redução na demanda levava ao atrofiamento monetário; as consequências, porém, eram menos drásticas.<sup>14</sup> A razão, segundo Furtado (2008 [1959], p. 90), é que:

A renda monetária da unidade exportadora praticamente constituía os lucros do empresário, sendo sempre vantajoso para este continuar operando, qualquer que fosse a redução ocasional dos preços. Como o custo estava virtualmente constituído de gastos fixos, qualquer redução na utilização da capacidade produtiva redundava em perda para o empresário.

Portanto, é a composição dos gastos da economia açucareira que a faz tão estável, possibilitando que ela perdure por séculos a fio sem conhecer nenhuma mudança estrutural.

A relação da economia agroexportadora com a pecuária é também sugestiva em termos de aplicação da teoria neoclássica. Novamente os custos de oportunidade se fazem presentes. Atividade altamente lucrativa, a produção de açúcar impele a eco-

14. O que é mais significativo na argumentação de Furtado ([1959] 2008, p. 87) é a sua insistência em demonstrar o caráter genuinamente monetário desta economia. Assim, nas suas palavras: "Tendo cada fator um custo que se expressa monetariamente, e o mesmo ocorrendo com o produto final, o empresário deveria de alguma forma saber como combinar melhor os fatores para reduzir o custo de produção e maximizar sua renda real".

nomia criatória cada vez mais para o interior, inclusive por determinação da Coroa portuguesa. A necessidade crescente de animais de transporte de lenha e para produção de carne conecta os dois tipos de atividade produtiva. Aqui se enseja o que poderia ser a constituição de um mercado interno e a ativação do fluxo circular. Entretanto, isto não ocorre. As razões são de ordem externa, ou seja, é o preço pago no mercado consumidor europeu o fator dinâmico a impulsionar a economia.

A similaridade da atividade pecuária com a do açúcar está em que as duas operam extensivamente, sem modificação estrutural e com baixa circulação monetária. A diferença reside nos gastos de reposição; na economia pecuária, estes praticamente não existiam. O lado da oferta da economia criatória era constituído pela “capacidade empresarial” e pelos recursos iniciais acessíveis, como terra em abundância. E o da demanda, por fatores situados a partir da economia do açúcar. O crescimento da atividade açucareira aumenta a procura por insumos oferecidos pela atividade pecuária nordestina, impulsionando a produção.

Esta relação da economia açucareira com a pecuária configura aquilo que Furtado chama de “Complexo Nordestino”. Aqui se tem, para Bielschowsky (2009), a apresentação de certo tipo de dualismo estrutural, com a coexistência de uma economia de alta produtividade e outra de baixa. Seus reflexos serão importantes para explicar o subdesenvolvimento do Nordeste brasileiro nos séculos adiante. Concordar com a afirmação acima não implica contradizer-se com aquilo que sustenta a hipótese geral do presente trabalho, mas sim reconhecer que embora o método de Furtado seja histórico-estrutural, a sua caracterização é feita, em certa medida, com conceitos próprios aos manuais ortodoxos.

### **3.3. Economia Escravista Mineira: século XVIII**

A terceira parte do livro, com apenas três capítulos, é a mais curta e descreve o ciclo do ouro. O funcionamento deste tipo de economia segue o mesmo padrão da economia do açúcar. Neste período, a renda está menos concentrada. Isso ocorre devido ao menor número de escravos na população total, bem como na maior aglomeração urbana, sem falar na distância do litoral, que encarece os bens de consumo, servindo como barreira às importações. Esta última promove um aumento na demanda por

animais de transporte necessários à atividade mineradora. A interação da economia mineira com a pecuária se dá possibilitando a utilização de terras e rebanhos de forma mais ampla, com maior especialização na engorda, distribuição e mercados consumidores.

Uma característica importante da economia mineira é que, apesar de a renda ainda ser gerada no setor exportador, há uma maior integração inter-regional, o que abre possibilidades de expansão do mercado interno. Mas por que esse desenvolvimento não levou a economia brasileira a um processo de desenvolvimento autossustentável? Furtado viu duas limitações características daquele tipo de economia. A primeira é que existia uma barreira para frear a total autonomia do mercado interno, ou seja, o desempenho da economia da mineração estava também atrelado à demanda externa. A segunda está no argumento *ad hoc*, conforme Coutinho (2008), da própria incapacidade tecnológica dos colonos europeus emigrados para o Brasil.

Outro ponto a diferenciar a economia mineira da economia açucareira é que, para a primeira, em caso de queda no preço ou do esgotamento dos recursos das minas, o “rendimento tendia a zero e a desagregação das empresas produtivas era total” (FURTADO, 2008 [1959], p. 134). E foi de fato o que ocorreu: quando o dinamismo se esgotou, os recursos desta atividade passaram a operar ao nível de subsistência, com o conseqüente atrofiamiento da divisão do trabalho.

O termo divisão do trabalho não é caracteristicamente neoclássico, sendo empregado inicialmente por Adam Smith para descrever os ganhos com a especialização e a ampliação do mercado. Seu uso foi difundido e recebeu tratamento tanto por parte de autores de orientação heterodoxa quanto da teoria neoclássica. A diferença é que, numa linha mais ortodoxa, a troca, por ser natural e inata ao ser humano, precede a Divisão do Trabalho. O argumento de Smith, apropriado e desenvolvido pelos neoclássicos, é o seguinte: a expansão do mercado está na origem de uma maior divisão do trabalho, aumentando a escala de produção, o tamanho das empresas e a produtividade. O resultado é a redução dos custos unitários das mercadorias e a expansão da oferta das empresas. Esta lógica justifica, portanto, a constante preocupação dos neoclássicos com a esfera da troca e com a redução dos custos associados ao funcionamento do mercado. Justifica também o comércio internacional e a especialização produtiva das nações. A discussão sobre divisão do trabalho será retomada mais à frente para apresentar a situação das colônias de imigração.

### 3.4. Economia de Transição para o Trabalho Assalariado: século XIX

Na quarta parte do livro, Furtado apresenta todo o período de gestação e intensificação da produção de café, incluindo a transição para a produção baseada no trabalho assalariado. Ressalta que, num primeiro momento, garantidas as condições de financiamento e demanda externa, o principal problema com o qual se depara a economia cafeeira é o da oferta de trabalho. O termo usado por ele para descrever as dificuldades de se obter um fluxo regular de trabalhadores para a lavoura é “inelasticidade” da oferta de mão de obra. O uso deste conceito, bem caro aos manuais de economia, é recorrente nessa parte do livro, como quando fala da oferta de borracha pela economia amazonense, ou no capítulo XXIV, quando menciona a “elasticidade da oferta de produtos agrícolas que existia na região” Sul do Brasil (FURTADO, 2008 [1959], p. 211), só para citar alguns.

Para descrever a atividade cafeeira, Furtado apresenta um modelo bem semelhante ao da economia do açúcar. A atividade tinha, igualmente, sua função de produção baseada na oferta abundante dos insumos terra e mão de obra. As diferenças mais fundamentais estão na capacidade empresarial, oriunda de uma elite nacional mais diligente, e no grau de capitalização mais baixo exigido por essa cultura, ou seja, nas necessidades monetárias de reposição menores. Neste contexto, os custos variáveis são mais significativos, ainda que o tempo de maturação dos cafezais promova aumentos não desprezíveis nos custos fixos. Afora isso, essa economia segue o seu ritmo de maneira muito similar à economia do açúcar, com seu dinamismo sendo dado pelo lado da demanda externa.

O fato de maior relevância para a economia cafeeira do último quartel do século XIX foi o crescimento do setor assalariado. Com a interrupção do tráfico negreiro, desenvolveu-se o mercado de trabalho, abastecido com mão de obra imigrante europeia. Em termos de fluxo circular, a implicação é a criação do mercado de fatores, pelo menos para a mão de obra. Há, do mesmo modo, a criação de um mercado de bens de consumo para assalariados. A importância destes fatos para Furtado (2008 [1959], p. 219) reside em que, em função do multiplicador do emprego,<sup>15</sup> “a soma de todos os

---

15. Hicks foi acusado pela heterodoxia de propor um modelo interpretativo da Teoria Geral de Keynes que eliminava seus aspectos revolucionários, o que teria possibilitado a assimilação desta numa síntese neoclássica cujo fundamento era a análise estática e equilibrada. Numa autocrítica, anos depois (Cf.: HICKS, 1976), o autor reconhece que muitas das limitações do modelo IS-LM advêm das próprias limitações da obra de Keynes. Um exemplo seria, exatamente, o da abordagem do multiplicador keynesiano; este deixaria o tempo de lado, indo mais na direção da análise estática do que da dinâmica.

gastos terá necessariamente de exceder de muito a renda monetária criada pela atividade exportadora”. Ademais, a contabilidade da renda nacional passa a ser dividida entre salários e lucros, e a do dispêndio, entre consumo e investimento.

Esta é a parte do livro onde o autor se opõe de forma mais cabal à teoria ortodoxa, representada pelo liberalismo econômico. Seus argumentos chamam atenção, principalmente, para as dificuldades de adesão de uma economia agroexportadora assalariada às regras do padrão-ouro e à teoria das vantagens comparativas. Assinalam, ainda, a miopia da elite intelectual da época, ao aderir acriticamente às teorias produzidas para outro contexto. Nas entrelinhas, portanto, vai se firmando a tese do estruturalismo latino-americano, de que o subdesenvolvimento é um processo histórico autônomo e não uma etapa necessária (FURTADO, 1963 [1961]), exigindo para a sua superação a oposição ao fatalismo das leis naturais do mercado e à condição do país como produtor e exportador de produtos primários.

Duas questões adicionais emergem desta parte do livro. A primeira é sobre os usos do termo divisão do trabalho. Ao empregá-lo para entender a situação das colônias de imigração europeia no Brasil em meados do século XIX, Furtado justifica a divisão do trabalho, novamente, pelo lado do mercado.<sup>16</sup> O motivo do fomento inicial destas colônias no Brasil estava ligado a questões raciais, e a despeito de se pressupor um maior nível de educação e estoque de capital para os colonos, o resultado da experiência foi desastroso. Nas palavras do próprio Furtado (2008 [1959], p. 183), as razões foram que, “não havendo mercado para os excedentes de produção, o setor monetário logo se atrofiava, o sistema de divisão do trabalho involuía, e a colônia regredia a um sistema econômico rudimentar de subsistência”.

Somente quando surge o mercado interno no Sudeste do país, é que estas colônias começam a prosperar, operando com maior nível de especialização e com ganhos de produtividade.

A outra questão diz respeito às consequências distributivas da abolição da escravidão. Diante das possibilidades colocadas por Furtado, haveria a tendência, no Sudeste do país, de uma reinserção dos ex-escravos à atividade produtiva, com salários maiores em relação aos do nível de subsistência. Contudo, esta redistribuição não ocorreu.

---

16. Da mesma forma, a discussão sobre a produtividade sendo determinada pela demanda é o fundamento da lei keynesiana de Kaldor-Verdoorn; esta nada tem de neoclássico.

O motivo de acordo com o autor é que: “Podendo satisfazer seus gastos de subsistência com dois ou três dias de trabalho por semana, ao antigo escravo parecia muito mais atrativo comprar o ócio que seguir trabalhando quando já tinha o suficiente para viver” (FURTADO, 2008 [1959], p. 204). Essa questão, seguindo nossa linha de argumentação, também pode ser pensada em termos de teoria econômica tradicional, com os ex-escravos manifestando suas preferências por renda e lazer em uma curva de indiferença. O ajuste requerido por essa interpretação é que a renda adicional recebida em troca de lazer teria de ser muito mais alta do que para os demais trabalhadores. Isto se refletiria numa curva de indiferença com inclinação mais ascendente para unidades adicionais de renda (pressupondo-se, em um plano cartesiano, a renda no eixo vertical e o lazer, no horizontal).

### 3.5. A Economia de Transição para um Sistema Industrial: século XX

A última parte de *FEB* é também a mais importante. Trata da crise da economia agro-exportadora e da transição para uma economia industrial. Aqui, segundo Mantega (1989, p. 35), encontra-se “o supra-sumo de uma leitura keynesiana da história brasileira”. A análise de Furtado para a crise do café começa com o convênio de Taubaté de 1906. Na nossa interpretação, as intervenções e a compra dos estoques podem ser pensadas em termos de diagrama de oferta e demanda, em que o governo fixa um preço mínimo e adquire o excesso de produção. O autor volta também a fazer uso do conceito de elasticidade,<sup>17</sup> por um lado, novamente para evocar a abundância de mão de obra e de terras, traço marcante dos países produtores de café; por outro, para caracterizar a baixa elasticidade-renda da demanda pelo produto. A análise do permanente desequilíbrio é, contudo, estrutural. Esse tipo de economia, especializada na produção de artigos coloniais, e com pouca oportunidade de diversificação produtiva, tende a perpetuar a superprodução.

Para explicar os acontecimentos de 1929, Furtado enfatiza a crise conjunta, do lado da procura e do lado da oferta. Tem-se, assim, a superprodução de café, somada à

---

17. Em seguida volta a usar o termo para falar sobre a tendência ao desequilíbrio externo, típica de uma economia sub-desenvolvida. A baixa elasticidade da oferta interna pressiona constantemente pelo aumento das importações.

queda da demanda em termos de preços e de quantidades. O resultado é o agravamento do déficit do balanço de pagamentos e a dificuldade de acesso aos capitais e empréstimos externos para o financiamento do déficit em conta corrente. O governo decide então promover uma política monetária expansionista, sem lastro, com o objetivo de comprar e queimar as sacas de café excedentes. O saldo desta operação é a manutenção da renda interna, pois ao “evitar-se uma contração de grandes proporções na renda monetária do setor exportador, reduzem-se proporcionalmente os efeitos multiplicadores de desemprego sobre os demais setores” (FURTADO, 2008 [1959], p. 278).

A conjunção da sustentação da renda com a impossibilidade de importar promove uma mudança de preços relativos. Os preços para a produção nacional se tornam mais atrativos, tornando promissor realocar o capital, antes empenhado na produção cafeeira (mercado externo), e direcioná-lo para atender ao mercado interno. A partir desse momento, o modelo de demanda agregada, antes apresentado para explicar a economia do açúcar e do café, tem não mais nas exportações, mas no investimento, o principal determinante da renda interna. Essa é a mudança do centro dinâmico da economia brasileira.

A crise do início da década de 1930 e as respostas em termos de política econômica foram apresentadas por Furtado como algo estritamente heterodoxo, antecipando as políticas de fomento à renda preconizadas por Keynes anos depois. Pelaez (1971), numa onda revisionista iniciada na década de 1970, é o primeiro a contestar Furtado, procurando chamar atenção para o caráter ortodoxo das políticas econômicas praticadas pelo governo, baseadas menos na expansão monetária e creditícia e mais no gasto financiado por meio de novos tributos criados sobre o café. Se se desconsideram os aspectos da controvérsia acima e se foca apenas no instrumental analítico, as políticas preconizadas por Furtado podem ser representadas no arcabouço teórico neoclássico, pressupostas nos modelos de demanda e oferta agregada (esta positivamente inclinada), os quais incluem alguma rigidez de preços e salários.

No modelo de oferta e demanda agregada, há a descrição de situações de curto prazo, nas quais a economia opera com capacidade ociosa e, adicionalmente, a demanda afeta a renda, pelo menos até a intersecção da demanda com a oferta agregada de longo prazo, que é uma linha vertical. Não há nenhuma especificação sobre preços e salários no modelo de Furtado para esse período, mas com a crise, pode-se conje-

turar a existência de fatores subempregados. Portanto, a política de fomento à renda é compatível com a análise convencional presente no livro de Samuelson (1955) e nos demais manuais de macroeconomia neoclássica. E, historicamente, foi de fato o que ocorreu: a economia cresceu, a princípio baseada no “aproveitamento mais intenso da capacidade instalada no país” (FURTADO, 2008 [1959], p. 279), e em seguida, com a importação de máquinas e bens de capital sucateados (deslocamento para a direita da curva de oferta agregada de longo prazo).

Nas análises que se seguiram a *FEB*, como em *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, Furtado (1966) busca interpretar o dinamismo do modelo de crescimento voltado para dentro baseado na dinâmica “externo-interno”. Nesta fase, intensifica-se o uso de categorias como relação capital/trabalho ( $K/L$ ) e produto/capital ( $Y/K$ ) com vistas a entender o estreitamento do processo de substituição de importações na América Latina e no Brasil. As limitações deste esquema para captar a dinâmica endógena de acumulação da economia brasileira se fundam, conforme atesta Mello (1982), exatamente por ter deslizado para uma concepção marginalista ou neoclássica de capitalismo. Uma análise mais aprofundada desta produção teórica foge, contudo, ao escopo do presente trabalho; o exposto fica apenas como sugestão de uma recorrente presença interpretativa neoclássica na teorização cepalina e, particularmente, na furtadiana.<sup>18</sup>

## 4. Conclusão

Em sua vasta obra, Celso Furtado faz uma análise eclética, combinando uma diversidade de modelos econômicos com uma abordagem sobre o específico das formações que intenta explicar. Assim é em *Formação Econômica do Brasil*, onde história e estrutura se misturam de modo a proporcionar uma visão ampla, com a heterogeneidade econômica, social e tecnológica desempenhando um papel-chave na explicação do nosso atraso. Desde esse momento, a alusão ao pensamento do autor vem sempre as-

---

18 Ver Mallorquin (2005) para mais detalhes da presença de conceitos neoclássicos na obra de Furtado nas décadas de 1950 a 1970.



sociada ao desenvolvimentismo e ao estruturalismo latino-americano; em consequência, sua imagem se projeta como uma das referências principais contra a ortodoxia econômica e o pensamento dominante.

Uma primeira razão para a dificuldade em encontrar elementos neoclássicos em *FEB* dá-se por conta de se confundir essa teoria com a crítica ao ideário liberal feita por Furtado, que inclui a crença nos princípios autorreguladores do livre mercado, da lei de Say e da especialização produtiva das nações, através da adesão aos princípios das vantagens comparativas. Uma segunda razão é que a própria definição e delimitação do que seja a Teoria Neoclássica é algo difícil e impreciso, o que se entende ter sido solucionado no presente trabalho, recorrendo-se, conforme Thomas Kuhn, à importância dos manuais na identificação de determinada comunidade científica. Uma terceira razão decorre do mencionado enfoque multidisciplinar e da sofisticação de Furtado. Assim, quando o instrumental neoclássico aparece no texto, é nas entrelinhas, ofuscado pelo método histórico-estrutural.

Se o keynesianismo usado por Furtado for interpretado como figurando dentro da síntese neoclássica de Hicks e Samuelson, a conclusão segue direta. Para reforçar, entretanto, adicionam-se outros elementos. Além do fluxo circular da renda, do multiplicador do emprego e da curva de demanda agregada, conteúdos próprios à macroeconomia tradicional, há também diversas passagens do livro identificadas como contendo explicações microeconômicas neoclássicas. As principais dizem respeito às noções de custo variável médio e custo fixo médio, empregadas para explicar a permanência da estrutura produtiva no Nordeste; a curva de indiferença usada para explicar o dilema entre trabalho e lazer, por parte dos escravos convertidos em trabalhadores livres; e o conceito de elasticidade para classificar a oferta dos insumos terra e mão de obra.

Em apoio ao argumento geral do presente trabalho, finaliza-se citando o próprio Furtado. Em seu ensaio autobiográfico, o autor chama atenção para aquilo que difere o seu estruturalismo do francês, a saber, “o destaque dado aos parâmetros não econômicos dos modelos macroeconômicos” (FURTADO, 1997, p. 16). Essa afirmação ratifica uma nota que já consta na introdução do presente trabalho, isto é, o instrumental eclético de Furtado contém elementos inclusive da abordagem *mainstream*, incorporados pelas sínteses neoclássicas, mas seu método permanece histórico e estruturalista.

## Referências

- AGUILAR FILHO, H.; SAVIANI, H. A Evolução da Macroeconomia Moderna entre Perspectivas: em busca de uma sistematização. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 21, n. 2, p. 1-27, 2017.
- ARIDA, P. A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica. In: REGO, J. Márcio; GALA, Paulo (Orgs.). *A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- COLANDER, D. The Death of Neoclassical Economics. *Journal of the History Thought*, v. 22, n. 2, 2000.
- COLANDER, D; HOLT, R; ROSSER JUNIOR, J. B. The Changing Face of Mainstream Economics. *Review of Political Economy*, v. 16, n. 4, 2004.
- BIELSCHOWSKY, R. Formação Econômica do Brasil uma Obra Prima do Estruturalismo-Latino Americano. In: ARAÚJO, T. P. de; VIANNA, S. W.; MACAMBIRA, J. (Orgs.). *50 Anos de Formação Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.
- BLAUG, M. *Teoría Económica en Retrospección*. México: Fondo de Cultura, 1985.
- BLAUG, M. *The Methodology of Economics: or how economists explain*. Cambridge: Cambridge Univ. Press; Cengage Learning, 2006.
- BOIANOVSKY, M. Furtado, North and the New Economic History. *Revista EconomiA, Selecta*, Brasília, v. 10, n. 4, p. 849-866, dez. 2009.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Celso Furtado e a Teoria Econômica. In: COELHO, Francisco da Silva; GRANZIERA, Rui Guilherme (Orgs.). *Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil: edição comemorativa dos 50 anos de publicação. 1959-2009*. São Paulo: Atlas, 2009.
- COUTINHO M. A Teoria Econômica de Celso Furtado: formação econômica do Brasil. *Revista EconomiA, Selecta*, Brasília, v. 10, n. 4, p. 849-866, dez. 2009.
- DE VROEY, M.; DUARTE, P. G. In search of Lost Time: the neoclassical synthesis. The B. E. *Journal of Macroeconomics*, v. 13, p. 1-31, 2013.
- DEANE, P. *A Evolução das Ideias Econômicas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- FONSECA. P. Clássicos, Neoclássicos e Neokeynesianos: uma tentativa de sistematização. *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, Unisinos, ano XVII, v. 11, n. 30, p. 35-64.
- FONSECA. P. As Origens e as Vertentes Formadoras do Pensamento Cepalino. *Revista Brasileira de Economia*, v. 54, n. 3, set. 2000.
- FONSECA. P. O Ecletismo Inovador: Bresser-Pereira e o desenvolvimento brasileiro. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 1-43, abr. 2007.
- FURTADO, C. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963 [1961].
- FURTADO, C. *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- FURTADO, C. Dependência Externa y Teoria Económica, *El Trimestre Económico*, v. 38, n. 150 (2), p. 335-349, abr.-jun. 1971.

- FURTADO, C. *Celso Furtado* - Obra autobiográfica. Vol. 3. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1959].
- FURTADO, C. *A Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Hucitec; ABPHE, 2001 [1948].
- JEVONS, S. *A Teoria da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Col. Os Economistas).
- HANDS, W. The Future of Economics? *Register Lecture*. University Puget Sound, nov. 2007.
- HANDS, W. Orthodox and Heterodox Economics in Recent Economic Methodology. *Erasmus Journal for Philosophy and Economics*, v. 8, issue 1, p. 61-81, 2015.
- HICKS, J. R. Time in Economics. In: *Money, Interest and Wages; Collected Essays on Economic Theory*. Vol. 2. Oxford: Basil Blackwell, 1982.
- HODGSON, G. *Economics and Institutions: a manifest for a modern institutional economics*. Philadelphia: Univ. of Pennsylvania Press, 1988.
- HODGSON, G. Institutional Economics: surveying the “old and the ‘new’”. *Metroeconomica*, v. 44, n. 1, fev. 1993.
- HUNT, E. K. *História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- KEYNES, J. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Col. Os Economistas).
- KLAMER, A. *Conversations with Economists: new classical economists and opponents speak out on the current controversy in macroeconomics*. Totowa: Rowman and Allanheld, 1983.
- KUHN, T. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- LAWSON, T. What is this “School” Called Neoclassical Economics? *Cambridge Journal of Economics*, v. 37, n. 5, p. 947-983, 2013.
- LISBOA, M. B. A Miséria da Crítica Heterodoxa: primeira parte: método e equilíbrio na tradição neoclássica. *Revista Contemporânea de Economia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 5-66, jan.-jun. 1997.
- LISBOA, M. B. A Miséria da Crítica Heterodoxa. Segunda parte: método e equilíbrio na tradição neoclássica. *Revista Contemporânea de Economia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 113-151, jul.-dez. 1998.
- LISBOA, M. B. Linguagem, Procedimentos e Pragmatismo na Tradição Neoclássica. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 785-823, 2001.
- MALLORQUIN, C. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. São Paulo; Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- MANTEGA, G. Celso Furtado e o Pensamento Brasileiro. *Revista de Economia Política*, v. 9, n. 4, out.-dez. 1989.
- MARSHALL, A. *Principles of Economics*. 8ª ed. Londres: Macmillan, 1920.
- MELLO, J. M. C. de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MENGER, K. *Princípios de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Col. Os Economistas).

- OLIVEIRA, F. de. Celso Furtado. Formação Econômica do Brasil. In: MOTTA, Laurência Dantas (Orgs.). *Introdução ao Brasil*. Um banquete nos trópicos. 3ª ed. São Paulo: Senac, 1999.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à Razão Dualista*. O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2006.
- PELAEZ, C. M. As Consequências Econômicas da Ortodoxia Monetária, Cambial e Fiscal no Brasil entre 1889 e 1945. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, FGV, v. 25, n. 3, jun.-set. 1971.
- POSSAS, M. A Cheia do *Mainstream*: comentário sobre os rumos da ciência econômica. *Revista Contemporânea de Economia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 13-37, jan.-jun. 1997.
- ROBBINS, L. *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*. 2<sup>nd</sup> ed. (revised and extended). London: Macmillan and Co., 1945.
- ROBBINS, L. *A History of Economic Thought*. Princeton: Princeton Univ. Press, 1998.
- ROBINSON, J; EATWELL, J. *Introdução à Economia*. Rio de Janeiro; São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- SAMUELSON, P. *Economics*. 3<sup>rd</sup> ed. New York: McGraw-Hill, 1955.
- SCHUMPETER, J. A. *Teorias Econômicas: de Marx a Keynes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- SIMONSEN, R. *A História Econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo: Cia. Ed. Nac., 1944.
- VEBLEN, T. The Preconception of Economic Science. Parte III. *American Economic Review*, fev. 1900. [Electronic Text Center].